

Análise Política

Ano 2, 60ª Edição - Brasília, 02/12/2021



Reta final 2021 +

Temas prioritários para o final de 2021 e seus impactos para o cooperativismo

2021 foi um ano de intenso trabalho tanto para o Poder Legislativo, quanto Executivo – e o setor cooperativista participou ativamente na construção de políticas públicas visando trazer qualidade de vida e desenvolvimento social e econômico para a população brasileira como um todo. Com a chegada do mês de dezembro, cumpre aos Três Poderes a priorização dos temas que devem ser apreciados ainda neste ano. Desta forma, analisaremos quais novidades o ano de 2021 ainda guarda para o cooperativismo brasileiro.



O Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, o Presidente da Frecoop, Deputado Evair de Melo, o Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina e o Presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, participaram do lançamento da Agenda Institucional do Cooperativismo de 2021.

Reta final 2021 +

Temas prioritários para o Sistema OCB no Poder Legislativo - PLP 27/2020

O Projeto de Lei Complementar 27/20 modernizará o ordenamento jurídico do cooperativismo de crédito por meio da atualização das regras de governança e da ampliação da oferta de produtos e serviços. Dentre as principais mudanças, o PLP 27/20 trará:

- ✓ Ampliação da utilização do FATES para ações junto aos cooperados, empregados da cooperativa e à própria comunidade.
- ✓ Ampliação da capacidade de atender a demanda de crédito da comunidade por meio da viabilização dos empréstimos sindicalizados.
- ✓ Previsão sobre a realização de campanhas promocionais para o fortalecimento da estrutura de capital das cooperativas de crédito, com a atração de novos cooperados.
- ✓ Aprimoramento da governança por meio de requisitos mínimos para pleito a cargos estatutários.

Situação Atual: A proposição conta com requerimento de urgência aprovado e está pronta para pauta no Plenário da Câmara dos Deputados.



A diretoria da Frecoop, o Presidente do Banco Central, Roberto Campos e o Presidente Márcio Lopes de Freitas em cerimônia de lançamento do PLP 27/20.

Temas prioritários para o Sistema OCB no Poder Legislativo - Venda Direta de Etanol

A Medida Provisória (MPV) nº 1.069/21, tem por objetivo retificar a MPV 1.063/21, que permite a venda direta de etanol por cooperativas. Entretanto, o texto dessa segunda medida provisória foi construído de forma a desconsiderar a aplicação do ato cooperativo nas operações de venda do combustível. Por meio da atuação do Presidente da Frecoop, Deputado Evair de Melo, foi possível:

- ✓ Aprovar emenda no Plenário da Câmara dos Deputados, com o objetivo de assegurar a aplicação do ato cooperativo nas operações de venda direta de etanol por cooperativas.
- ✓ A emenda contou com amplo apoio dos parlamentares, especialmente do relator, Deputado Augusto Coutinho, que acatou integralmente o texto.

Situação Atual: A proposição aguarda votação no Senado Federal.



O Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, Evair de Melo, discursa no Plenário da Câmara dos Deputados

Temas prioritários para o Sistema OCB no Poder Executivo - Seguros

Uma das prioridades que constam na [Agenda Institucional do Cooperativismo de 2021](#), a abertura para a participação de cooperativas no mercado de seguros, com segurança jurídica, tem sido tratada no âmbito do Poder Executivo, com o objetivo de desenvolver um projeto de lei a ser apreciado pelo Congresso Nacional que já possua aval e apoio do Governo Federal em sua tramitação. Até agora, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- ✓ Realização de reuniões com a Secretaria de Política Econômica (SPE) e com a Superintendência de Seguros Privados (Susep) do Ministério do Economia.
- ✓ Grande progresso no delineamento das temáticas necessárias para que o projeto de lei garanta segurança jurídica para que o setor cooperativista atue no mercado de seguros.
- ✓ Garantia do adequado tratamento tributário às cooperativas que atuarem no setor.

Situação atual: aguardamos o retorno da Susep sobre o consenso obtido com a SPE na última reunião para envio da proposição ao Poder Legislativo.



Reunião realizada em outubro de 2021 com membros da Susep e SPE

Outros temas prioritários para dezembro



Marco Legal das Ferrovias: Está tramitando a MPV nº 1.065/21. Entretanto, há a preferência por parte dos parlamentares de dar prosseguimento ao tema por meio do PL 3.754/21, que já foi aprovado no Senado Federal. A matéria conta com urgência aprovada e está pronta para apreciação no Plenário da Câmara dos Deputados.



BR do Mar: O Programa de Estímulo à Navegação de Cabotagem – BR do Mar, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Como o Senado realizou modificações no texto, tais alterações serão novamente fonte de análise no âmbito da Câmara.



Geração Distribuída: Já aprovado pela Câmara dos Deputados, o PL 5.829/19 cria o Marco Legal da Microgeração e Minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e o Programa de Energia Renovável Social. Atualmente, a proposição encontra-se pronta para pauta no Plenário do Senado Federal.

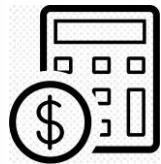


Precatórios: A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria um teto fiscal para pagamento de precatórios, consequentemente abrindo um espaço orçamentário de R\$ 106 bilhões no Orçamento de 2022 e possibilitando a expansão do Auxílio Brasil, já foi aprovada pela Câmara e está prevista para votação no Plenário do Senado nos próximos dias. Como a matéria foi alterada pelos senadores, deverá ser novamente apreciada pela Câmara posteriormente.

Outros temas prioritários para dezembro



PERT: O projeto que reabre o prazo do Programa Especial de Regularização Tributária, visando ampliar a possibilidade de instituição de acordos para pagamento de tributos atrasados entre os contribuintes e a Fazenda Pública, já foi aprovado no Senado Federal e atualmente aguarda apreciação no Plenário da Câmara dos Deputados.



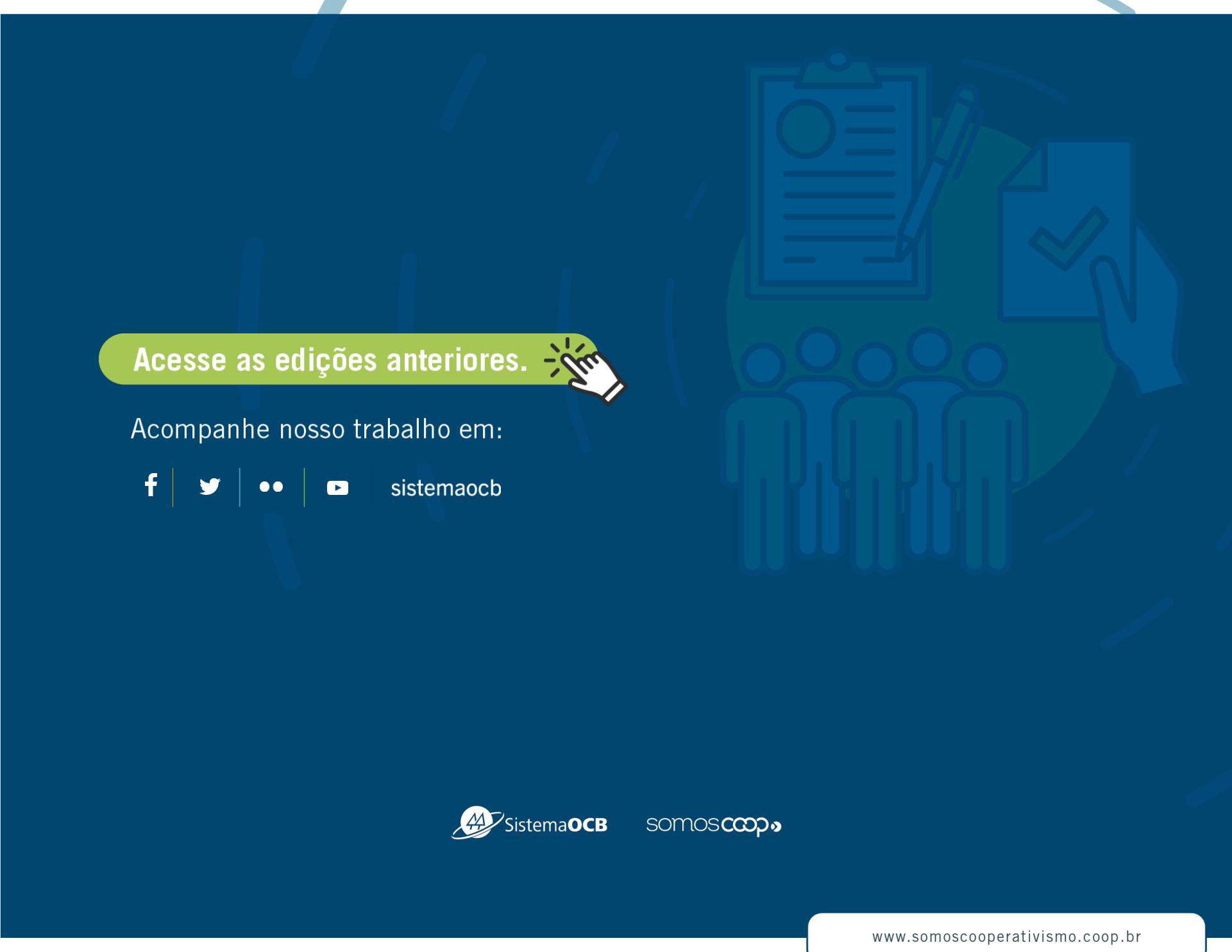
Orçamento 2022: A Lei Orçamentária anual de 2022 (PLN 19/2021) encontra-se atualmente na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. No dia 30/11, foram designados os relatores temáticos da proposição.



Auxílio Brasil: A política pública que substituirá o Bolsa Família, intitulada Auxílio Brasil, foi apresentada pela Presidência da República por meio de medida provisória (MPV 1.061/21). O texto, que já foi aprovado pela Câmara, aguarda aprovação no Plenário do Senado Federal.



Nomeações: O Senado sabatina indicados para o Judiciário, como André Mendonça, que já foi aprovado para ocupar o cargo de ministro do STF, bem como de futuros representantes do Executivo, com destaque para representantes de embaixadas e autarquias como a Agência Nacional de Saúde Suplementar, Agência Nacional do Petróleo, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Comissão de Valores Mobiliários e a Agência Nacional de Telecomunicações.



Acesse as edições anteriores. 

Acompanhe nosso trabalho em:

